



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER
COMISSÃO PERMANENTE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER**



15/08/2017

**Presidente: Silvia Cristina Xavier
Relatora: Cláudia Augusta dos Santos**

Composição

Instituição	Nome Conselheira
SEJU	
Rede Feminista de Saúde	
SESP	
APP Sindicato	
Grupo Dignidade	
UBM	
SEED	
Rede de Mulheres Negras	
SESA	
Convidada: Camila Daltóe -MP/PR	
Apoio Técnico: Nathally Marques Alves Ferreira Mourebrun	

Relatório:

4.1- Experiência de Palotina – Projeto p/ agressores – Participação de representante da CPSE/SEDS.

A convite da Coordenação da Política da Mulher, o Secretário Municipal da Assistência Social do município de Palotina Darci Gris, compareceu em 29/06/2017, na sede da Coordenação, para explanar sobre o trabalho que realiza no CREAS de Palotina com os agressores das mulheres vítimas de violência doméstica. O Secretário relatou que iniciou um trabalho no CREAS com as mulheres mais humildes e em situação vulnerável, sendo que ao longo de palestras, o CREAS criou grupos de reflexão, bem como aulas de yoga e hidroginástica para essas mulheres. Informou que o seu trabalho junto com o CREAS tomou um destaque no município, sendo que as duas varas judiciais de Palotina entraram em contato com o mesmo e juntos (judiciário, ministério público e secretaria municipal) criou-se um grupo de terapia, com 02 psicólogos voluntários, juntamente com a equipe do CREAS. Dessa maneira, foi solicitado a participação de um representante da CPSE/SEDS para esclarecimentos e orientações com relação aos serviços da Proteção Social Especial- Média Complexidade ofertados nos CREAS.

Parecer da Comissão: Pautar na reunião de setembro - CPSE – CREAS – pauta conjunta de todas as comissões na sala principal – das 10 às 12h. Solicitar apoio da CPSE em todas as reuniões da Comissão.

Parecer do CEDM: Aprovado

4.2- Andamento da realização da capacitação sobre gênero e a Lei Maria da Penha aos policiais civis (solicitação MP/PR).

Relato do histórico das discussões realizadas.

1) - Ata da reunião de março/2017 - Com relação a organização do curso EAD, a conselheira Ana Cláudia Machado (SESP) informou ter encaminhado um e-mail para a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, buscando temáticas para o referido curso, solicitando a abertura de turmas, porém, ao mesmo tempo, questionou a possibilidade de formatar o curso com todas as demandas apresentadas, com fundamentação teórica e módulos planejados. A conselheira Vânia Muniz N. Soares (Rede Feminista de Saúde), pontuou que Dra. Hermínia (na reunião realizada no dia 07/02), mostrou-se solícita, porém existe um custo elevado para o Estado, pagar professores e técnicos para monitorar o ambiente virtual, assim a mesma solicitou o envio de um ofício à SETI, contendo o planejamento do curso, bem como informações do corpo docente para verificação das possibilidades. A Secretária Executiva Juliana Muller afirmou que enviou a minuta de ofício às conselheiras no dia 22/02 para contribuição, assim, aguardam-se as informações dos docentes, conforme Dra. Hermínia havia solicitado. A conselheira Sílvia Cristina Xavier (SEJU), expressou ter conversado com a Direção da Escola em Direitos Humanos – ESEDH sobre a possibilidade da realização do curso sem custos. Segundo a presidenta, Doris M. de Jesus (UBM-PR), enquanto aguarda-se o curso da SENASP, será possível a verificação de outros. O Nacional já tem um conteúdo pronto e mediante uma análise, será possível chegar a um conteúdo específico. Encaminhamentos: reenvio da minuta do ofício à SETI as conselheiras e o encaminhamento dos conteúdos do curso da SENAP por link (drive google).

2) - Ata de abril/2017 – A presidente, Dra. Ana Cláudia Machado (SEDS) fez um resumo das atividades dessa Comissão, informando que foi realizada reunião com a Escola de Educação em Direitos Humanos – SESDH, no dia 10 de abril de 2017, em continuidade dos trabalhos para elaboração de capacitação de policiais civis e militares no atendimento às mulheres vítimas de violência, assim o relatório foi lido na íntegra. Foi decidido pelo envio do ofício a SETI, contendo o planejamento do Curso EAD. O mesmo já estava pronto, aguardando contribuições do colegiado a respeito do corpo docente. A conselheira Giana de Marco Vianna da Silva (Grupo Dignidade) solicitou alteração da Unidade I/ Módulo I da programação do Curso, referente ao Conceito, ficando dessa maneira: igualdade de gênero, diversidade sexual, étnica e racial. Últimos encaminhamentos: envio dos conteúdos do curso da SENASP as conselheiras e envio de ofício à SETI, contendo a programação do Curso EAD.

3) - Relato das discussões já realizadas até o momento sobre as capacitações. Dra. Márcia (SESP) relata que está agendada reunião com o Diretor da Escola Superior da Polícia Civil para realização de um curso presencial com a participação dos policiais civis que atuam nas delegacias especializadas e com pelo menos 1 representante de cada subdivisão policial. Dra. Mariana (MP) reforçou que deverá ser avaliado convite do núcleo de gênero da UNIOESTE para contribuir na EAD e ainda que o MP também se coloca à disposição para contribuir.

Parecer da Comissão: 1) reencaminhar às conselheiras os cursos da SENASP para avaliação das

conselheiras (com prazo de resposta até 11/09 para posterior envio de ofício a SESP referente a obrigatoriedade e ou incentivo para a realização do curso); 2) encaminhar ofício a divisão de ensino da polícia militar, questionando como o andamento dos cursos da escola da PM, 3) agendar reunião da comissão com a escola de governo para verificar a existência de curso nessa temática ou a possibilidade de criação de curso específico; 4) |Conselheira Giana levará o assunto para ser discutido na CEVIGE/OAB/PR para verificar a possibilidade de utilização da estrutura da ESA para cursos EAD; 5) As Conselheiras solicitam que a SEC encaminhe por email a proposta de cursos já elaborada pelo Conselho (ofício encaminhado à SETI, onde consta o cronograma do conteúdo do curso).

Parecer do CEDM: Aprovado

Inclusão de pauta:

4.3- Promotoras Legais Populares – são formadas para serem multiplicadoras da política da mulher (em relação ao enfrentamento a violência, sobre a saúde da mulher, questões sobre o empoderamento feminino).

Parecer da Comissão: A comissão entende que seria interessante conversar com as Promotoras Legais Populares para que elas se aproximem da política das mulheres. Proposta: Que o Conselho (através da Secretaria Executiva) faça contato com a Universidade Federal do Paraná e convide para reunião de Outubro a autoridade que organiza o curso, para que o mesmo esclareça sobre o trabalho e a disponibilidade das promotoras para formação de parceria.

Parecer do CEDM: Aprovado.

4.4 –Protocolo: 14.766.637-3- Ofício 92/2017 – COPED

Informa situação ocorrida na Delegacia da Mulher durante a realização de um registro de Boletim de Ocorrência. O COPED notificou a coordenação da Casa da Mulher, encaminhou o relato à Corregedoria da Polícia Civil, ao CAOP de Direitos Humanos do MP/PR e a Defensoria Pública do Estado, informando que está acompanhado o caso.

Encaminha também ao CEDM para conhecimento.

Parecer do CEDM: Envio de ofício ao COPED informando que o CEDM está estudando possibilidades para a realização de capacitações continuadas aos policiais militares e civis referente ao atendimento as mulheres vítimas de violência e comunicar que em horário de expediente as vítimas podem procurar a Casa da Mulher Brasileira para serem acolhidas por equipes de psicólogos e assistentes sociais da prefeitura antes de serem encaminhadas ao posto avançado da Delegacia da Mulher existente no local, sendo que há expectativa de ampliação do horário de atendimento e mudança no fluxo de atendimento.

Aguarda-se retorno da CODEM/SESP, através da conselheira Dra. Márcia em relação a resposta da Delegacia da Mulher.